

## RESENHA

Leila da Costa FERREIRA. *Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

Marília d'Ottaviano Giesbrecht<sup>1</sup>

O Livro: *Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*, de Leila da Costa Ferreira, vem, em boa hora, lançar luz sobre o lugar da temática ambiental nas ciências sociais nacionais e internacionais. Analisando o processo de institucionalização da chamada sociologia ambiental e a consolidação de um campo de estudos interdisciplinar em ambiente e sociedade, a autora percorre desde a produção intelectual emergente na década 1960, que inicia uma abordagem política e social da problemática ecológica, até importantes autores da teoria social contemporânea que se inspiraram pela questão.

Dividido em quatro capítulos (além da introdução e uma consideração final) o livro apresenta, nos dois primeiros, uma consistente revisão bibliográfica que expõe, analisa e contextualiza as idéias de autores precursores da ecologia política, bem como a própria literatura que se consolida como sociologia ambiental, com destaque as produções norte-americanas e européias. O terceiro é dedicado à produção acadêmica nacional e o processo de incorporação e institucionalização do tema meio ambiente nas ciências sociais brasileiras. E, finalmente, o quarto capítulo trata de um estudo empírico sobre indicadores de sustentabilidade nas políticas urbanas de cidades em estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, oferecendo um exemplo de atuação e análise da sociologia ambiental.

Um dos grandes méritos deste livro é, sem dúvida, a recuperação e a análise sistemática que Ferreira faz dos teóricos da “ecologia radical” e “ecologia moderada”, autores por vezes esquecidos, que revelaram não apenas um pioneirismo teórico, fazendo da temática ambiental um problema sociológico e político de primeira ordem, como também, contribuíram com ousadas reflexões no campo da filosofia política, reflexões estas que começam, recentemente, a serem revisitadas pela própria teoria social contemporânea.

A tônica que marcou os trabalhos dos “radicais” foi a forte influência de um pensamento ecologista que se consolidava, já neste período dos anos de 1970, em consonância com o clima da “contra-cultura” e a crítica ao modelo social industrialista. Impactados pela propalada crise da escassez dos recursos naturais, questão que ficou mundialmente conhecida principalmente após a publicação do relatório do Clube de Roma, *Limites para o Crescimento* (1972), autores como: Ivan Illich, André Gorz, Jean P. Dupuy e Willian Ophuls produziram trabalhos, que dentro de suas particularidades, colocam em cheque o papel do Estado em face à problemática ecológica e, ao mesmo tempo, tecem duras críticas à cultura e a ética industrialista.

A diferença crucial entre estes autores reside na maneira como concebem a reestruturação do Estado como forma de superação da crise. Segundo Ferreira, os três primeiros se afinam ao que ela chama de tradição “descentralizadora”, que aposta em uma organização social cooperativa, baseada na autonomia da sociedade civil que julgue e controle as próprias “ferramentas”<sup>2</sup> em substituição à “tecnocracia” que impera na sociedade industrial ecologicamente condenada. Ferreira argumenta que embora estes autores preservassem um certo tom alarmista e até pessimista com relação à crise, a crença na potencialidade revolucionária dos novos movimentos sociais, que estavam ganhando força naquele momento, marcaram definitivamente seus trabalhos.

Por outro lado, Ophuls é um dos mais importantes representantes da tradição “centralizadora”. Para este autor, certamente o mais conservador de todos, a única possibilidade para se evitar uma catástrofe ecológica seria o estabelecimento de um Estado forte, capaz de administrar e controlar o uso dos recursos naturais como qualquer outro bem público. Em oposição clara a Illich, Ophuls defende que os indivíduos são incapazes de gerir adequadamente o bem natural, pois suas ações são guiadas por interesses próprios.

Ferreira nos mostra que a “leitura” da crise ambiental, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, começa paulatinamente a se abrandar. As obras dos “ecologistas moderados” são, neste sentido, exemplares. O termo “desenvolvimento sustentável” (Brundtland, 1989) é produto deste pensamento moderado e carrega uma noção de reversibilidade da crise ambiental em uma toada completamente diferente ao pessimismo dos “radicais”.

Há nestes autores moderados também, ao menos dois pontos de convergência: um que se apóia em uma relativa confiança nos avanços tecnológicos e científicos como um mecanismo de construção de alternativas sustentáveis. E outro, que se afirma na fé nas instituições políticas democráticas (tanto nos níveis nacionais quanto internacionais) e no fortalecimento destas instituições como a única saída viável para um futuro comum sustentável. Ferreira comenta que a dicotomia entre Estado e sociedade civil, já não é o foco de teóricos como: Paehlke, Vig e Kraft, Morrison, em suas palavras: “para esses autores a relação entre Estado e sociedade civil não está dada aprioristicamente. O fundamento político da sustentabilidade está estreitamente vinculado ao processo de aprofundamento da democracia e da construção da cidadania” (p.35).

Além de apresentar um quadro teórico bastante vasto no âmbito internacional, o livro de Ferreira ainda contempla o que chama de sociologia ambiental no Brasil, parte que merece atenção. Partindo de uma vasta pesquisa<sup>3</sup> que envolveu o mapeamento, o levantamento e a análise de grande parte da produção acadêmica da sociologia ambiental no nosso país, tanto no nível da pós-graduação, como em revistas especializadas, congressos e publicações, a autora pôde esquadriñar o “estado da arte” desta área. Uma produção, que como a autora irá mostrar em seu terceiro capítulo, não está limitada nem do ponto de vista teórico nem institucional aos espaços reservado às ciências sociais, mas sim tem se desenvolvido fortemente no âmbito da discussão interdisciplinar do campo ambiente e sociedade.

Ferreira acredita que o processo de institucionalização da questão ambiental nas ciências sociais brasileiras, se comparado às experiências de países como os Estados Unidos, foi relativamente tardio. Segundo a autora, as primeiras iniciativas acadêmicas surgem na década de 1980, vindas da região Sul e Sudeste do país, em particular nos trabalhos de grupos originários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contudo será apenas nos anos de 1990 que o campo da sociologia ambiental brasileira irá se institucionalizar, tanto do ponto de vista quantitativo (em volume de trabalhos produzidos), quanto qualitativo (com relação às contribuições teóricas).

Para Ferreira, a trajetória do Grupo de Trabalho Ecologia, Política e Sociedade, reunido pela primeira vez em 1987, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

(ANPOCS), é exemplar deste processo institucional. Apesar do pioneirismo e de ter servido como um forte agregador das demandas intelectuais advindas de toda parte do país, o “GT” teve vida curta dentro da ANPOCS (durando apenas quatro anos). A isso, a autora credita a certos movimentos conservadores no campo das ciências sociais nacionais que viam na temática ambiental um desvio das questões cruciais da sociologia tradicional. Essa situação de “marginalização” do tema vai se confirmar nos dados apresentados pela autora, relativos à produção de teses e dissertações em programas de pós-graduação de universidades brasileiras.

Dentre as universidades pesquisadas, as que se destacam por uma ampla produção de trabalhos em sociologia ambiental desenvolvidos no interior de programas de pós-graduação em sociologia ou ciências sociais são, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao passo que, em universidades como a de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Pará (UFP), Universidade Federal do Paraná (UFPr) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), grande parte das pesquisas e trabalhos nesta área estão sendo, preferencialmente, produzidos dentro de programas e centros interdisciplinares em ambiente a sociedade, que abrigam tanto cientistas sociais e economistas como geógrafos, ecólogos e biólogos.

A emergência desses centros e programas de pós-graduação interdisciplinares (que surgem em importantes universidades brasileiras, ao longo da década de 1990), em parte, se deve a própria necessidade de se criar novos espaços de produção acadêmica e científica para abordar a questão, alternativos aos departamentos e programas disciplinares em sociologia ou ciências sociais. Por outro lado, o próprio debate internacional enfatizava, cada vez mais, a questão da interdisciplinaridade na temática ambiental influenciando definitivamente intelectuais brasileiros, que neste momento: “partiram para o exterior para fazer doutorado, pós-doutorado, além de intercâmbio de grupos de pesquisas, preferencialmente, mas não exclusivamente, nos Estados Unidos, França e Inglaterra” (p.59).

Ferreira ainda observa, que os principais temas que norteiam os trabalhos nacionais na área (incluindo o que a própria autora relata em seu último capítulo) compreendem questões sobre: política ambiental, conservação de recursos naturais, conflitos sociais, desenvolvimento,

conhecimentos tradicionais, modernidade, riscos, qualidade de vida, democracia, sustentabilidade, educação ambiental, urbanização, questões rurais, entre outras. Abordados por diferentes filiações teórica-metodológicas como: a vertente sociológica ambiental norte-americana do “novo paradigma ecológico” representada nas obras de Catton e Dunlap; a abordagem materialista e “neo-marxista” presente em Schnaiberg; a perspectiva social construtivista desenvolvida por Hannigan e Yearley; a discussão sobre modernização reflexiva e ecológica encontrada em trabalhos de autores como, Mol, Spaargaren, Lash e Beck; bem como a influência de autores da teoria social contemporânea como Giddens, Touraine e Habermas. Acrescento ainda a literatura sobre interdisciplinaridade e a teoria sistêmica produzida por Morin, Leff, entre outros.

Em linhas gerais, *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*, nos apresenta um importante esforço de análise e compreensão do campo intelectual de onde emerge a sociologia ambiental e sobre o qual a autora, boa leitora do sociólogo francês Pierre Bourdieu, nos revela os conflitos que se estabelecem no nível das idéias e das práticas, inerentes ao seu processo de institucionalização. Mas, trata-se, antes de tudo, de um corajoso exercício sociológico de Leila Ferreira em prestar contas à sua própria trajetória intelectual, refletindo a respeito. Exercício esse, que pode ser resumido na despreziosa frase que abre o livro: “Este é um breve relato da história de minha geração, de minha própria história”.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> O conceito de ferramenta para Illich abrange tanto os “utensílios” de produção quanto às intuições e relações sociais. Cf. ILLICH, I, *A Convivialidade*, Lisboa, 1976.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada por Ferreira em 2001. Cabe também lembrar que como Ferreira, outros autores demonstraram interesses neste tipo pesquisa sobre a área ambiental. Cf. DRUMMOND & SCHROEDER, “Programas de pós-graduação em ciências ambientais e similares no Brasil: uma listagem preliminar”, *Ambiente & Sociedade*, Ano I, 1998. E HERCULANO em “Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetivos”, *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais*, Niterói, Ano I, vol 01, 2000.